

“BARDOS DA CANALHA, QUARESMA DE DESALENTOS”: TRANSGRESSÃO, DESENCANTO E NORMALIDADE NAS PRÁTICAS LETRADAS EM FORTALEZA DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1889/1930)*

Gleudson Passos Cardoso**

Esta pesquisa nasceu da análise de documentos históricos, em que foi possível observar conflitos de natureza sócio-política no espaço da cidade de Fortaleza, entre 1889 e 1930. A partir de alguns textos literários e jornais de pequeno porte de época, observou-se que um grupo de escritores em Fortaleza, menos comprometido com a reorganização do poder oligárquico durante a República Velha, contrapôs-se à produção dos intelectuais que atuavam em parceria com o Estado ou com as instituições de produção do saber, as academias científicas e literárias.

A partir da análise documental, constatou-se a existência de diferentes posturas entre os intelectuais do período, sobretudo, narrativas em textos literários e científicos de sujeitos históricos letrados que se posicionaram diante das tensões sociais e políticas nos primórdios da política republicana no Ceará. Ao cruzar tais leituras com outros materiais históricos coletadosⁱ, tornou-se mais evidente a complexidade do pensamento social, político e científico daqueles produtores culturais. Em boa medida, as mais expressivas posturas identificadas, no pensamento orgânico e científico das sociedades literárias cearenses daquela época, foram estudadas na dissertação de mestrado “As Repúblicas das Letras Cearenses: Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)”, desenvolvida no Programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC/ SP. A reflexão partiu da análise sobre o uso das práticas letradas e os interesses políticos durante a transição Monarquia/ República, em que duas gerações de intelectuais, a “Mocidade Cearense” e os “Novos do Ceará”, distribuíram-se pelos espaços da Academia Francesa, Clube Literário, Padaria Espiritual, Academia Cearense e Centro Literário, a participarem mais ou menos da montagem do regime republicano e da política oligárquica naquele espaço social.

Contudo, outras reflexões surgiram mediante a existência de uma outra documentação, inédita aos olhos da análise historiográfica cearense, sobre a produção letrada daquele período. Bonfim Sobrinho, Emília de Freitas, Raimundo Varão, Lívio Barreto, Cabral de Alencar, produtores de uma literatura mórbida, fúnebre e profundamente triste, bem como Otacílio de Azevedo, Gastão Justa, Moacir Caminha, Joaquim Pimenta, autores de literatura boêmia e popular, levam a crer que suas obras se inserem em um específico *campo artístico e cultural*ⁱⁱ. Estes sujeitos, dentre outros boêmios, escritores anônimos e literatos menos reconhecidos, diferenciaram sua escrita daqueles outros que estavam empenhados nas campanhas “em prol do progresso e da civilização”, como Antônio Bezerra, Antônio Sales e Justiniano de Serpa. Diferentemente dos primeiros citados, durante a reorganização dos grupos políticos na arena local, estes últimos obtiveram alguma regalia, seja enquanto produtores de um saber orgânico na Academia Cearense ou no Instituto do Cearáⁱⁱⁱ, bem como participando das instituições do poder estatal montadas após o golpe republicano.

De acordo com alguns documentos estudados, percebeu-se que os conteúdos semânticos dos seus textos estiveram inseridos em um *campo político*^{iv} de debates, em que na obra literária e os pasquins satíricos e jocosos mostraram sua insatisfação diante do discurso liberal e cientificista da imprensa partidária e dos órgãos literários e científicos, a favorecerem o monopólio dos bens simbólicos das elites urbanas que operaram a consolidação oligárquica nas esferas do poder local. Os grupos dominantes hegemônicos do período irradiaram sua influência principalmente do centro social-econômico-político da cidade de Fortaleza, núcleo do poder administrativo e principal entreposto comercial do Ceará. Através de artifícios estéticos da linguagem, tanto os literatos boêmios quanto os redatores anônimos da imprensa não-autorizada procuravam sua inserção pública no espaço sócio-urbano, usando “palavras-de-ordem”^v com fins de ataque à estrutura sócio-política dominante.

Desta feita, esta pesquisa investiga essa produção intelectual que ficou esquecida do debate historiográfico no Ceará, a fim de perceber quais foram as estratégias e as formas de

luta simbólica caracterizadas naquele campo político, os conteúdos daquela produção cultural, bem como a realidade social daqueles sujeitos históricos letrados na República Velha. Suas experiências sociais e vivências no espaço da cidade, apresentam a posição dos referidos sujeitos no embate das classes sociais e no jogo político à época, a partir da análise das trajetórias de vida, dos discursos e narrativas, das atividades políticas e intelectuais identificadas na documentação histórica analisada.

Como bem pode ser percebido nos relatórios de Presidente do Estado do Ceará, Decretos Leis, Documentos da Alfândega, Códigos de Postura, livros de Memória, Romances, Crônicas, Jornais Políticos e Literários, Romances de Época, Revistas, dentre outros documentos históricos, em Fortaleza, entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, os letrados empenhados com a produção intelectual e as técnicas de difusão cultural^{vi} discorreram em textos literários, políticos e científicos sobre os processos sociais e político-institucionais da sociedade brasileira naquela época, como a abolição da escravatura, o golpe republicano de 1889, a reorganização dos grupos dominantes hegemônicos e o avanço da ordem capitalista que configurou o Brasil numa posição periférica. Esse período foi marcado pelos rumores de desestabilidade da estrutura política do Segundo Império até a acomodação das instituições republicanas na sociedade brasileira. Entre 1889 e 1930, os interesses da elite senhorial no Brasil buscaram ajustar-se ao avanço do capitalismo monopolista, sob os rumores da nova ordem político-institucional com orientação republicana^{vii}.

Naquele momento, os grupos emergentes discursavam nos periódicos de época preocupados em criar uma “pólis moderna e civilizada” no território de Fortaleza^{viii}, tendo em vista a materialização dos seus interesses hegemônicos. Estes setores, formados por comerciantes, funcionários públicos, administradores, médicos, bacharéis, aliando-se a uma extensão dos segmentos tradicionais e patrimonialista-senhoriais, empenharam-se por adequar a antiga estrutura de poder ao avanço das relações capitalistas naquela realidade, uma vez que desde 1860 a cidade já havia se tornado um importante entreposto portuário-comercial destacado pelo ciclo algodoeiro. Como foi estudado em outro momento, o uso da

máquina discursiva das revistas, jornais e órgãos das agremiações literárias de época, deu-se no sentido de tornar aceita a nova ordem política, reafirmar a orientação econômica agro-exportadora, bem como neutralizar a ação política dos agentes não comprometidos com o pacto oligárquico, liderado no Ceará pela facção Pompeu-Accioly^{ix}.

Nos espaços das principais sociedades literárias e científicas do período, como Academia Francesa (1873/1904), Clube Literário (1887/1888), Centro Literário (1894/ 1904) e Academia Cearense (1894/1922), estes sujeitos sociais afirmaram-se sobre aquele campo político as idéias que evidenciavam os seus interesses de classe dominante. Eles utilizaram-se da estratégia simbólica da “nomeação” para autorizarem o exercício de um poder que *a priori* pertencia-os. O prestígio público, político e social adquirido por essa extensão letrada dos segmentos oligárquicos^x, deu-se quando estes sujeitos, após realizarem a abolição dos cativos na província em 1884, auto-nomearam-se “regeneradores da ordem social”, as “alavancas do progresso”^{xi}. Nos anos subsequentes, eles ocupariam cargos nas assembleias legislativas, na administração local e nas instituições de saber, sobretudo, no Instituto do Ceará (1887) e Faculdade de Direito do Ceará (1903), dentre outros espaços^{xii}. Assim, desde o início da década de 1880, o discurso liberal-cientificista desses intelectuais já era um agente simbólico dos meios de institucionalização da sua leitura de mundo excludente, pois, ao mesmo tempo em que pregavam os ideais de liberdade individual e democracia, eles atribuíram à seu grupo social dominante o direito de “orientar” a organização social. Essa postura foi bem percebida quando, após o período de estiagem no final da década de 1870, uma série de operações objetivas como a construção de asilos para retirantes pobres, mendigos, alienados, lazaredos, bem como um maior interesse com a segurança pública, traduziu a preocupação desses porta-vozes das classes hegemônicas, empenhadas tanto no ordenamento do perímetro urbano quanto no controle das “classes perigosas”, ou seja, dos trabalhadores pobres, mendigos, retirantes, prostitutas, desocupados que viviam no espaço físico e social de Fortaleza daquela época^{xiii}. É percebido que o uso dos bens simbólicos foi exercido em nome da disciplinarização e das

técnicas de controle social, a ajustarem as classes subalternas aos anseios da normalidade capitalista.

Contudo, outras leituras também foram produzidas por autores fora do convívio daqueles que tiveram participação nas campanhas abolicionista e republicana. Leitores de Baudelaire, L'autrémont, Nerval, Rimbaud, Marllamé, Verlaine, dentre outros “que conduziram a literatura e a arte para o caminho do anticientismo”^{xiv}, não tardaram a chegar aos círculos de uma geração de leitores de Fortaleza que viveram a ressaca da implantação do regime republicano naquelas paragens, como Lopes Filho, Lívio Barreto e Cabral de Alencar, membros da Padaria Espiritual. Em comum a outros autores como Raimundo Varão, Otacílio de Azevedo, Joaquim Pimenta e Moacir Caminha, estes sujeitos, além do mesmo repertório de leituras (que girava em torno dos escritores decadentistas-simbolistas e dos textos anarquistas e socialistas na imprensa não-autorizada), tinham a mesma experiência social: pertenceram aos setores médios e baixos da capital e, em maioria, eram naturais dos sertões que vieram para cidade afim de angariar *status* social, uma vez que possuíam o “poder da palavra escrita”^{xv}. Na cidade, eles encontraram certa resistência para ocuparem uma melhor posição na estrutura social, e quase nenhuma inserção no campo político. Os filhos dos chefes políticos locais, médicos, bacharéis e correligionários das facções políticas, já fechavam em torno do seu grupo o mercado dos bens simbólicos, como prestígio, cargos administrativos, *status* social e o monopólio dos bens culturais. Para aqueles que estavam excluídos do processo das decisões coletivas, sua produção literária fez uso das estratégias simbólicas, semânticas e narrativas, como forma de sobressair-se daquela relação de forças.

Lívio Barreto, por exemplo, retirante do município de Granja, era caixeiro e veio para a capital na esperança de conquistar uma melhor condição de vida. Em busca da “analogia universal”, o autor de “Dolentes” (1897) abusa das imagens e dos objetos em seus poemas, a expressar sua revolta em forma de violência simbólica, “através do trabalho sobre a língua, que implica a uma só vez e alternadamente resistência, luta, e submissão, renúncia de si, que opera a magia evocatória [e] como uma encantação, faz surgir o real”,

que se esconde por trás dos enunciados^{xvi}. Para que a “idéia [não] morra no lábio com a verdade na voz”, o autor produz a estratégia simbólica de fuga, “fazer brigada no céu”^{xvii}, não deixando seu campo desejante^{xviii} ser capturado pelo *monopólio da violência simbólica legítima*^{xix}.

A partir da análise de Foucault, sobre a demarcação dos campos de análise aos quais foram edificados os discursos científicos e as técnicas punitivas de controle do corpo (“psique, subjetividade, personalidade, consciência”)^{xx}, é possível identificar a “tecnologia do poder sobre a alma”, sobre o campo simbólico de cada sujeito/ agente social, que a estética daqueles autores condenava. Na verdade, os escritores malditos haviam encontrado a chave da dominação simbólica, a “prisão incorpórea”, a raiz de toda ação repressora da era moderna: a legitimação da palavra-de-ordem que atendia os interesses da lógica tecnicista-civilizatória, o discurso racional-científico que condenava o sentido amplo do símbolo e da palavra à mera categorização do conteúdo lógico. Aos agentes legítimos do monopólio dos bens simbólicos, médicos, psiquiatras, psicólogos, pedagogos, educadores e intelectuais orgânicos, coube esse papel em nome do ajustamento social pregado pelo *modus operandis* do regime republicano^{xxi}.

Assim como na literatura, este conteúdo semântico-narrativo esteve também presente nos pequenos órgãos da imprensa satírica e libertária da cidade. Editados, em sua maioria, por operários gráficos ou por sujeitos anônimos que temiam uma ação violenta dos aparelhos do regime recém implantado como a Polícia, esses órgãos ora utilizaram a metáfora, ora o conteúdo crítico-social, não só para ocultar sua identidade mas também para terem autonomia no campo da produção cultural e afirmarem seu olhar contestador na esfera política. O pasquim “O Besouro” (1892) e os jornais “O Regenerador” (1908) e “o Combate” (1921), dentre inúmeros outros, deram mostra desta linguagem transgressora à ordem vigente.

Outra consideração a ser feita sobre este tema, diz respeito aos trabalhos da historiografia literária e da história do jornalismo cearenses. Nas obras dos estudiosos mais mencionados, como Dolor Barreira, Mário Linhares, Sânzio de Azevedo, Geraldo Nobre,

Abelardo Montenegro, Otacílio Colares e Euzébio de Souza, dentre outros, destacam-se os autores que participaram das campanhas abolicionistas e republicanas já mencionados. O mais intrigante é que a narrativa dos estudos históricos sobre esta geração reproduz o mesmo teor do discurso ufanista empregados pelos os intelectuais da “Mocidade Cearense”^{xxii}. É como se a historiografia literária e a narrativa histórica reconstituíssem as experiências passadas a reproduzir signos e enunciados dos cânones que inventaram uma dada tradição intelectual para o Ceará. Em relação àqueles escritores menos comprometidos com as esferas do poder, sequer aparecem nas obras dos historiadores da literatura e do jornalismo; e quando apresentados, são evidenciados como malditos, mórbidos ou excêntricos. Assim, percebe-se a importância em analisar tais situações, afim de que se possa entender as relações históricas de poder que perpassam não só aquelas experiências históricas, bem como a produção historiográfica sobre os intelectuais do período.

* Esta pesquisa está integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Urbanas ligada ao Curso de História da Universidade Estadual do Ceará e é financiada com bolsa de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa/ FUNCAP

** Professor Assistente do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará e Membro da Sociedade de Belas Letras e Artes Academia da Incerteza

ⁱ A pesquisa empírica de identificação e análise das fontes foi realizada nos setores de obras raras, microfilmes e periódicos da Biblioteca Pública do Ceará, Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Arquivo Público do Ceará, Museu da Imagem e do Som e da biblioteca particular de José Bonifácio Câmara (o bibliófilo de maior acervo sobre o Ceará).

ⁱⁱ BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Artístico**. – São Paulo: Cia das Letras; 1996.

ⁱⁱⁱ AMARAL, Eduardo Guilherme. **Barão de Studart: memória da distinção**. – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT; 2002.

^{iv} BOURDIEU. **O Poder Simbólico**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998. P. 165 – 207.

^v Idem. P. 157 e 158.

^{vi} DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime**. – São Paulo: Cia das Letras; 1987 e **Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII**. – São Paulo: Cia das Letras; 1992.

^{vii} FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. A Formação do Patronato Político Brasileiro**. – São Paulo: Globo; 1995 (10ª ed.) P. 410 e 411, CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras. A Política Imperial**. – Rio de Janeiro/ São Paulo: IUPERJ/ Vértice; 1988 P. 53 – 55 e PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. – São Paulo: Brasiliense; 1971 (14ª ed.).

^{viii} PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930).** – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf; 1993 e TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará.** – São Paulo/ Natal: HUCITEC/ Editora da UFRN; 1995.

^{ix} CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904).** – São Paulo: Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Estudos Pós Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2000.

^x Em um estudo sobre tempos mais recentes, Ma. Auxiliadora Lemenhe analisou as estratégias políticas da facção oligarquica liderada pela família Bezerra de Menezes, reportando-se às origens históricas do poder tradicionalista no Ceará. LEMENHE, Ma. Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder. O (o) caso dos Coronéis.** – São Paulo/ Fortaleza: Annablume/ Edições UFC; 1995. Ver também MONTENEGRO, João Alfredo. **O Trono e o Altar. As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817 - 1978).** – Fortaleza: BNB; 1992.

^{xi} Ver artigos: LOPES, João. “Os Quinze Dias” IN: **A Quinzena. Órgão do Club Litterário.** –Fortaleza: Anno I. Nº 01. 15/ 01/ 1887. P. 07 e 08, BEZERRA, Antônio. “O Ceará e os Cearenses” IN: **Revista da Academia Cearense.** Anno: V; Nº 05. – Fortaleza: 1900. P. 191 e SOUZA, Euzébio de. “O Ceará e a Abolição” IN: **Revista do Instituto do Ceará.** – Fortaleza: Typographia Minerva; 1923. P. 385.

^{xii} CARDOSO. Op. Cit. P. 130 – 176.

^{xiii} PONTE. Op. Cit. P. 61 – 123.

^{xiv} MORETTO, Fulvia M. L (org.). **Caminhos do Decadentismo Francês.** – São Paulo: Perspectiva/ EDUSP; 1989. P. 24.

^{xv} Ver MOTA, Leonardo. **A Padaria Espiritual.** – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC; 1994 e SALES, Antônio. **Novos Retratos e Lembranças.** – Fortaleza: Casa de José de Alencar; 1995.

^{xvi} BOURDIEU. 1996. P. 128.

^{xvii} Trechos do poema “Refúgio Eterno” publicado no livro **Dolentes**, obra póstuma do autor (1897).

^{xviii} ROLNIK, Suely e GUATTARI, Félix. **Micropolítica. Cartografias do Desejo.** – Petrópolis: Vozes; 1987 (2ª ed.).

^{xix} BOURDIEU. Op. Cit. P. 146.

^{xx} FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** - Petrópolis: Vozes; 1987. P. 27 – 29.

^{xxi} COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil. Um Recorte Ideológico.** – Rio de Janeiro: Xenom; 1989 (4ª ed.) e **Ordem Médica e Norma Familiar.** – Rio de Janeiro: Graal; 1989 (3ª ed.).

^{xxii} Ver LINHARES, Mário. **História Literária do Ceará.** – Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/ Rodrigues & Cia.; 1948 e BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense.** – Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará; 1948. Tomos I, II e III.